

Fazenda prevê pressão menor

Se as pressões ocorridas na política monetária no primeiro semestre não se repetirem na segunda metade deste ano, principalmente nas contas não vinculadas aos empréstimos do Banco do Brasil e nos repassos do Banco Central, o governo tem grandes possibilidades de obter um "razoável sucesso" na execução de sua política monetária. Com isso, os meios de pagamento deverão ter uma expansão de 70%, e não dos 50% previstos no começo deste ano.

A previsão foi feita ontem pelo coordenador de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. As pressões ocorridas nos seis primeiros meses, explicou, foram responsáveis por mais de 80% da expansão da base monetária - emissão primária de moe-

têm até 45 dias para o pagamento.

Mailson Nóbrega ressaltou que outras contas que apresentavam pressão na política monetária eram as decorrentes do não pagamento de compromisso externos por empresas que tinham o aval do Tesouro Nacional. Mas, através do controle rigoroso do Aviso GB 588 - que o Banco do Brasil honra compromissos alheios, para não prejudicar a imagem do país no exterior - e do Decreto-lei 1.928 que prevê o bloqueio das contas quando as empresas deixam de pagar os seus empréstimos. Esse controle, aliado a melhor programa dos orçamentos das empresas Estatais, estão produzindo resultados satisfatórios. Já em maio, as contas apresentavam uma baixa de US\$ 20 bilhões.

das. Entre as principais contas estão os estoques reguladores, que atingiram Cr\$ 74,2 bilhões, enquanto que as previsões do orçamento monetário estimavam em Cr\$ 52,8 bilhões a sua elevação no ano.

As aquisições do governo federal (AGFs) tiveram uma grande expansão, pois os valores chegaram a Cr\$ 92,4 bilhões no primeiro semestre, contra uma previsão de Cr\$ 39,5 bilhões. O crescimento de Cr\$ 40,6 bilhões na conta petróleo, decorrente de déficit registrado na comercialização interna do produto e seus derivados, assim como as operações especiais do Banco do Brasil do Cr\$ 11,1 bilhões, também foram fortes pressões.

Essas contas representam uma evolução de Cr\$ 218,3 bilhões no semestre. Essa soma é importantíssima, explicou Mailson Nóbrega, porque a base monetária cresceu 82,5% nos últimos 12 meses, com uma emissão de Cr\$ 264,5 bilhões. O acumulado poderá ficar em 70%.

Quanto à conta petróleo, o governo acha que os dois reajustes ocorridos em maio e neste mês, poderão reembolsar o déficit do primeiro semestre. O aumento de maio só entrará nos cofres do governo no final deste mês, pois os distribuidores

Outro fato positivo, na opinião do coordenador, foi o fechamento das operações de empréstimo do Banco do Brasil. Este foi o primeiro ano em que esse método foi utilizado, e está tendo bons efeitos. Além do mais, o BB obedecerá uma programação previamente aprovada pelo Conselho Monetário. A pressão que o custeio agrícola possa exercer sobre a programação de Cr\$ 20 bilhões poderá ser absorvida pela base monetária. Outro fator positivo é o grande controle que o BB está exercendo sobre a política monetária. A expansão dos empréstimos está de acordo com as previsões e de 12 de 1981 a junho passado foi de 22%, enquanto os bancos comerciais cresceram 45,7%.

Mailson Nóbrega afirmou ainda que as medidas do CMN de retirar o crédito oficial no financiamento subsidiado está dando resultados. Os valores básicos do custeio cresceram apenas 88,4%, o que representarão uma expansão de 70% das operações do BB. Se o governo não tivesse repassado o prejuízo do Instituto do Açúcar e Alcool, decorrente da queda dos preços no mercado externo, "seria uma tragédia" para o orçamento monetário. Dos Cr\$ 120 bilhões, o governo só terá de emitir Cr\$ 35 bilhões.